



---

# SEXUALIDADE NA ESCOLA: CONSIDERAÇÕES SOBRE FORMAÇÃO CONTINUADA E CAPACITAÇÃO DA EQUIPE PEDAGÓGICA DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE MARINGÁ DE MARINGÁ-PR<sup>1</sup>

Adriana de Oliveira Chaves Palmieri<sup>2</sup>

Ana Paula Machado Velho<sup>3</sup>

Eliane Rose Maio<sup>4</sup>

**RESUMO:** Este trabalho é parte da pesquisa desenvolvida no mestrado em Promoção da Saúde, do Centro Universitário de Maringá, na linha de pesquisa Educação e Tecnologias na Promoção da Saúde. Apresenta o levantamento teórico preliminar que compõe o pano de fundo da discussão da dissertação proposta, que tem como tema Sexualidade na Escola: as orientadoras educacionais e a formação continuada interdisciplinar. O objetivo é compreender como ações de formação continuada interdisciplinar oferecida aos profissionais que atuam nos Centros Municipais de Educação Infantil de Maringá (CMEI) podem contribuir com a Promoção da Saúde na escola, sob o aspecto da sexualidade. Discutem-se os conceitos de sexualidade, interdisciplinaridade no ambiente escolar e educação continuada, argumentando que este é um processo que pode ajudar a capacitar profissionais da educação a lidarem com temas desse temas na sua experiência diária, no ambiente escolar.

**Palavras-chave:** Sexualidade; Formação Continuada; Centros Municipais de Educação Infantil; Orientadoras Educacionais.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte da pesquisa que vem sendo desenvolvida no Mestrado em Promoção da Saúde, do Centro Universitário de Maringá, na linha de pesquisa Educação e Tecnologias na Promoção da Saúde. Apresenta o levantamento teórico preliminar que compõe o pano de fundo da discussão da dissertação proposta, que tem como tema **SEXUALIDADE NA ESCOLA: AS**

---

<sup>1</sup> Trabalho submetido à Sessão temática: educação sexual escolar.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa em Promoção da Saúde, do Centro Universitário de Maringá.

<sup>3</sup> Professora doutora do Programa em Promoção da Saúde, do Centro Universitário de Maringá; orientadora.

<sup>4</sup> Professora doutora do Mestrado em Educação – PPE, da Universidade Estadual de Maringá (UEM); co-orientadora.



## **ORIENTADORAS EDUCACIONAIS E A FORMAÇÃO CONTINUADA INTERDISCIPLINAR.**

O interesse de pesquisar o tema surgiu da observação da angústia das orientadoras educacionais que atuam nos CMEI, em relação aos casos de violência sexual, a cada dia mais presentes nos estabelecimentos de ensino, mais especificamente, nos CMEI.

Nos primeiros dez meses de 2012, seis casos de violência sexual registrados em Maringá colocaram em cheque a capacidade das equipes desses Centros de perceberem, nas atitudes comportamentais das crianças, problemas da ordem da sexualidade, especialmente, em alunos da faixa etária de 0 a 5 anos, que estão explorando o seu corpo, se descobrindo em contato com outros amigos. Vivendo este cenário, percebeu-se que é necessário desenvolver nos professores e, especialmente, nas orientadoras um “olhar” preparado e capaz de conduzir de maneira saudável todo e qualquer sinal de problema dessa ordem que se apresente no meio educacional dos CMEI.

É preciso que se tenha em mente que a sexualidade faz parte da vida de todas as pessoas, envolvendo aspectos individuais, sociais, psíquicos e culturais, sugerindo abordagens interdisciplinares sobre o que se chama de educação sexual. Esta deve estar baseada na realidade e não nos preconceitos e discriminações existentes na sociedade e no sujeito.

Uma das questões que mais influenciam neste processo, hoje em dia, passa pelas mudanças na conformação da família. A presença de uma família constituída de pai/mãe, na qual o pai sai para trabalhar e trazer o sustento e a mãe fica em casa para cuidar e educar o filho já não é maioria. As mulheres têm prazer em trabalhar e estudar. Além disso, cada vez mais há a necessidade de a mulher contribuir financeiramente nos gastos do lar. Isso vem fazendo com que as crianças não sejam mais educadas apenas em casa. Essa tarefa está sendo realizada, na maioria das vezes, dentro do ambiente escolar. Um dos fatores que podem comprovar este dado é a enorme lista cadastrada no município, que no último trimestre de 2012 era de 3.700, o nº de espera de vagas de crianças de 0 a 3 anos nos CMEI de Maringá.



Essa realidade vem modificando a sexualidade das crianças. Nestas “novas” famílias ainda observa-se que os pequenos estão convivendo com muitos sujeitos que interferem na sua formação enquanto indivíduo. Dentro de casa, há namorados, namoradas, padrastos, madrastas e outras pessoas que passam a fazer parte do dia a dia deles. Estas pessoas se agregam ao ambiente familiar e há cada vez mais relatos de abuso sexual de avós, de irmãos consanguíneos, mas também de tios(as), do namorado(a) da mãe, namorada(o) do pai, primas(os) e, até mesmo, do próprio pai, ou da própria mãe.

Para completar este quadro, os dispositivos como a TV e até a internet se transformam em “babás eletrônicas”, expondo as crianças, muitas vezes, a conteúdos inadequados para a sua idade.

Por outro lado, há as questões que permeiam o ambiente escolar que não são menos problemáticas. Os profissionais dos CMEI observam manifestações de todos os tipos, inclusive aspectos da sexualidade, já que as crianças permanecem por mais de 8 horas, de segunda a sexta-feira, neste espaço. São observados casos de masturbação, curiosidade em conhecer o corpo do colega, entre outras ações, que a maior parte das orientadoras educacionais não sabe lidar. Afinal, elas próprias estão inseridas num ambiente cultural cheio de tabus e, infelizmente, optam por resolver problemas considerados mais importantes no currículo escolar que a sexualidade. Em outras palavras, os professores e orientadores educacionais não conseguem, muitas vezes, quebrar os paradigmas da sua cultura para ter um olhar para a realidade em que vive a sociedade contemporânea, no que diz respeito à sexualidade, e que, obviamente, está inserida nos estabelecimentos de ensino.

É preciso, então, que as autoridades escolares lancem um olhar mais atento a estas questões. Modificar esse cenário passa por um processo de capacitação interdisciplinar dos profissionais, sobretudo a orientadora educacional, que é aquela que faz a mediação e o acompanhamento do aluno no espaço escolar.



## PROBLEMÁTICA COTIDIANA

Para Bueno (2010, p. 206), as crianças de hoje vivem os impactos do aparecimento da AIDS, que transformou a sociedade do amor livre na do sexo seguro, mas não houve o desenvolvimento de “uma ética educativa para a promoção da saúde”, no aspecto ligado à sexualidade.

Fora isso, como foi dito acima, a responsabilidade de algumas famílias diminuiu e passou para a escola promover a educação sexual das crianças, principalmente, orientar a educação referente à sexualidade.

Não se nega que a sexualidade está na escola, “[...] porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se despir” (LOURO, 1999, p. 81). Porém, não cabe à escola repreender o sujeito, mas “[...] mudar visões distorcidas ou negadas da sexualidade, sem, substituir a família, pois a criança não chega à escola sem ideias pré-concebidas” (MOIZES; BUENO, 2010, p. 206).

Se a escola está envolvida, é preciso começar a busca por ampliar os conhecimentos em relação à sexualidade no espaço escolar para compreender e minimizar os impasses da formação dos profissionais da educação, dessa forma, promovendo a saúde no ambiente escolar. É preciso que o orientador educacional vá além do conhecimento das áreas clássicas do currículo e seja capaz de compreender a dinâmica da vida de cada sujeito inserido no espaço escolar buscando compreender os aspectos necessários para potencializar a dinâmica da construção deste sujeito em todo o seu potencial. Esse processo precisa ser interdisciplinar, abrindo a capacidade crítica do profissional, ou seja, é preciso aderir à formação continuada, definida como

[...] uma oportunidade de atualização pedagógica que acontece através de cursos, palestras, seminários, encontros, reuniões pedagógicas etc. [...] Essa formação não deve abranger apenas o professor, mas também outros profissionais da educação, como os diretores, orientadores educacionais, supervisores pedagógicos e os administradores escolares. Enfim, todos os sujeitos envolvidos com as questões educativas da escola (BRUNO; ALMEIDA, CHRISTOV, 2003, p. 16).



Nessa direção, Nóvoa (2002) citado em Souza (2009, p.23) destaca que “[...] a formação continuada não deve ser entendida como um simples processo de acumulação [...] mas sim como um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas de (re) construção permanente de uma identidade pessoal e profissional [...]”. Dessa forma, a Secretaria de Educação de Maringá (SEDUC), enquanto órgão que organiza, estabelece e proporciona diretrizes e ações com vistas ao desenvolvimento educacional das crianças maringaenses, deve pensar em possibilitar iniciativas de formação continuada que venham subsidiar novos conhecimentos na área da sexualidade, envolvendo, como propõem Bruno, Almeida e Christov (2003), vários setores da sociedade que possam contribuir para a minimização dos problemas encontrados nas instituições de ensino.

No caso das questões ligadas à sexualidade, encontrar respaldo de informação e formação com órgãos como o Conselho Tutelar, o Conselho de Segurança, Promotoria Pública etc. Desta forma, os orientadores educacionais poderão reconhecer nas experiências dos profissionais destas entidades sinais que podem vir a se manifestar no ambiente escolar.

Porém, fica a pergunta que é o cerne deste projeto de pesquisa: que dinâmica interdisciplinar deve ser implantada no processo de formação continuada das orientadoras educacionais para o enfrentamento das questões de sexualidade que permeiam o espaço da escola?

## **A REALIDADE DO CENÁRIO ESCOLAR DE MARINGÁ**

Os professores da Rede Municipal de Ensino de Maringá são contratados por meio de concurso público. São profissionais com licenciatura nas diversas áreas do conhecimento: Pedagogia, Artes, Educação Física etc. Esses professores estudaram para desenvolver o seu trabalho com um currículo formal, ou seja, mediar conteúdos.

De acordo com o Plano de Carreira, Cargos e Salários do Magistério Municipal (2009) para assumir qualquer função na equipe pedagógica, o profissional do Magistério precisa ter passado por estágio probatório e/ ou no



mínimo três anos de experiência na Rede Municipal de Maringá, além é claro das Diretrizes dos CMEI, esses professores podem assumir outras funções na equipe gestora dos estabelecimentos (supervisão, orientação e, até mesmo, direção) desde que passem por entrevista e demonstrem aperfeiçoamento na função.

Em outras palavras, as orientadoras educacionais não são capacitadas formalmente para esta função. Elas são professoras que se comprometem com este novo cargo, que requer novas habilidades e informações. Elas precisam compreender os aspectos que estão além dos conteúdos. Para que haja, de fato, a habilitação dessas “orientadoras educacionais” elas precisam ser capacitadas por meio de conteúdos interdisciplinares envolvendo os mais diversos aspectos: culturais, médicos, legais e psicológicos, especialmente, se o problema que incomoda é na área da sexualidade. Viu-se que é necessário proporcionar novos processos de formação, quando casos recentes de descobertas de evidências de violência sexual em Maringá aconteceram em seis Centros de Educação Infantil.

O primeiro profissional a ser chamado nestes casos foi a orientadora educacional, que visivelmente não demonstrou capacitação suficiente para lidar com os fatos evidentes. Desta forma, fica evidente que é preciso que a Secretaria de Educação ofereça informação com “olhar interdisciplinar” em relação aos profissionais que estão na função de orientadoras educacionais nos CMEI, no que diz respeito à sexualidade na escola.

A ideia, nesse contexto, é investir na formação continuada e na aproximação dos setores da sociedade que podem auxiliar na capacitação desses profissionais. Porém, que dinâmica deve ser implantada no processo de formação continuada das orientadoras educacionais para as questões de sexualidade que permeia o espaço da escola?

Diante da constatação de que os profissionais orientadores não têm informação necessária para lidar com as questões de sexualidade na escola, aponta-se a formação continuada das orientadoras educacionais dos CMEI, de forma interdisciplinar, em relação à sexualidade, como o caminho que pode



---

auxiliar na capacitação dos profissionais em reconhecer questões desta área na escola e lidar de forma adequada com eles.

## **CRIANÇA, ESCOLA E EDUCAÇÃO CONTINUADA**

A cada dia fica mais evidente a importante atuação da escola na vida das crianças, especialmente, na formação da educação do sujeito atual. No caso de Maringá, o que se observa é que as crianças estão inseridas cada dia mais cedo no ambiente escolar, ou seja, os membros das famílias precisam trabalhar e acabam terceirizando a educação das crianças para os profissionais que trabalham nos CMEI. De fato, é importante que as crianças convivam com outros colegas e se socializem, porém, é necessário que haja espaço físico adequado, profissionais comprometidos e de qualidade, além de um trabalho pedagógico direcionado, visando, principalmente uma educação universal.

A Educação é um direito de todas as crianças e para regulamentar o Plano Nacional da Educação prevê por meio da Ementa Constitucional nº 59/2009 que até o ano de 2016 todas as crianças na idade de 4 e 5 anos (pré – escola) estejam matriculadas na Educação Infantil.

Acrescentando a essa situação a exigência de trabalho dos indivíduos que compõem os diversos tipos de ambientes e condições familiares, nota-se que as consequências são crianças que chegam aos espaços escolares, de fato, precisando de orientações das mais diversas possíveis.

Já foi mencionado que essas crianças convivem com diferentes agentes que influenciam em sua educação. Questões como: o que comer, como comer, a maneira correta de escovar os dentes, de lavar as mãos, correr, pular, identificar as partes do corpo, trocar de roupa, pentear os cabelos, entre outras particularidades, que antes era tarefa da mãe e do pai. Nos CMEI, elas ainda precisam responder às expectativas do ambiente escolar, entre elas adquirir conhecimento e desenvolvimento motor, psicológico, cognitivo e, por que não, da sua sexualidade.

A sexualidade faz parte da concepção do próprio indivíduo desde o seu nascimento. Isso também é evidenciado no ambiente escolar por meio da



convivência das crianças, os estímulos apresentados pelas famílias e, até mesmo, por programas de TV.

Por isso, é fundamental que o ensino seja focado na plena constituição do gênero (masculino e feminino) de maneira sensata. Essa colocação é importante, pois as crianças precisam compreender no espaço na qual é educada, o que é “menino e menina”, conforme se menciona a seguir:

[...] há diferenças sexuais construídas histórica e socialmente, no entanto as diferenças sexuais, também, são evocadas pelas características materiais dos corpos, ou seja, a criança é levada a se descobrir menino ou menina através desse paradigma. Além desta máxima, não se sugere a necessária problematização e discussão acerca da gênese e constituição do gênero, e sim o ‘combate as discriminações e o questionamento de estereótipos associados ao gênero’, condicionados ao surgimento de situações-problema que exijam o tratamento dessa temática (BRASIL, 2000, p. 145).

Um dos aspectos fundamentais neste processo é o que conduz à exploração dos corpos. Esse processo de conhecer-se deve ser trabalhado, sim, com práticas que levem o educando a descobrir-se e relatar situações que estão ou venham a acontecer com o seu corpo, não apenas no convívio do ambiente escolar, mas também na família.

Todo esse processo de descoberta e de convivência com outros agentes no espaço escolar e familiar acaba modificando a sexualidade das crianças. Assim, é muito difícil saber como proporcionar ou reconhecer as questões que são evidenciadas sobre sexualidade no espaço escolar. Até porque os profissionais da educação são formados para trabalhar com os conteúdos de História, Língua Portuguesa, Ciências, Geografia e Matemática, ou seja, a sexualidade não está presente na grade curricular nem na formação inicial do professor.

Assim, o trabalho que deve ser desenvolvido é complexo e precisa quebrar paradigmas, inclusive, na própria formação do profissional que irá dialogar com os alunos, a família, um trabalho diário que deve ser



[...] feito principalmente por meio da atitude do professor e de suas intervenções diante das manifestações de sexualidade dos alunos na sala de aula, visando auxiliá-los na distinção do lugar público e do privado para as manifestações saudáveis da sexualidade correspondentes à sua faixa etária. É a partir dessa percepção que a criança aprenderá a satisfazer sua necessidade de prazer em momentos e locais onde esteja preservada a sua intimidade. Os conteúdos trabalhados devem também favorecer a compreensão de que o ato sexual e intimidades similares são manifestações pertinentes à sexualidade de jovens e de adultos, não de crianças (BRASIL, 1997, p. 30).

Em Maringá, a orientadora educacional tem um papel fundamental nesse processo. Ela é uma professora convidada a ser orientadora e, para avançar em relação aos debates do cotidiano, precisa compreender questões mais amplas. Por exemplo, que todos têm um corpo e, por isso, precisamos conhecê-lo para que haja a valorização de cada sujeito. E não é só sob o aspecto da sexualidade

[...] no processo de crescimento e desenvolvimento, que são construídos concomitantemente com o desenvolvimento de práticas corporais, ao mesmo tempo em que dão subsídios para o cultivo de bons hábitos de alimentação, higiene e atividade corporal e para o desenvolvimento das potencialidades corporais do indivíduo, permite compreendê-los como direitos humanos fundamentais. As formações de hábitos de autocuidado e de construção de relações interpessoais colaboram para que a dimensão da sexualidade seja integrada de maneira prazerosa e segura (BRASIL, 2000, p. 29-30).

Por isso, é importante rever a formação dessas profissionais. É preciso envolvê-las num processo de reflexão. Especialmente, porque elas também precisam pensar a própria sexualidade.

Essa profissional precisa, em primeiro lugar, saber se compreender como pessoa, “[...] como sujeito histórico e sexuado, entre outras inúmeras dimensões que somos” (CABRAL, 1995, p. 153).

Segundo Cabral *et al.* (2000, p. 4), “[...] a concepção materialista histórica, entende o homem como produto de múltiplas relações sociais. Somos seres em movimento e em incessante transformação.” E mais, “[...] não



nascemos homens ou mulheres (nascemos fêmeas e machos da espécie humana. "Como seres humanos somos capazes de "[...] dar sentido, dar significado, atribuir valores, regulamentos e formatizar os relacionamentos afetivos, amorosos e sexuais".

Essas transformações estão na rua. São as experiências do cotidiano, em seus múltiplos aspectos que vão moldando nossos comportamentos e crenças. Por esse motivo é que esta pesquisa sugere que se pense a solução para a capacitação da orientadora educacional pelo do que é chamado de formação continuada.

Segundo Nóvoa (2002) citado em Souza (2009), a formação continuada não deve ser entendida como acumulação de cursos, palestras, seminários, ou seja, não é só aprender conhecimentos e técnicas. Esse processo deve levar à reflexividade crítica, deve promover uma reconstrução permanente de uma identidade pessoal e profissional.

O aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: a própria pessoa, como agente, e a escola, como lugar de crescimento profissional permanente. Para esse estudioso português, a formação continuada se dá de maneira coletiva e depende da experiência e da reflexão como instrumentos contínuos de análise (SOUZA, 2009, p. 23).

No cenário da promoção da saúde em relação à sexualidade dos alunos dos CMEI, essa preparação das orientadoras educacionais deve se apropriar da experiência da comunidade. O aspecto interdisciplinar é fundamental. Afinal, o problema enfrentado não pode ser resolvido por uma única disciplina ou área do saber, como cabe às questões interdisciplinares.

Nesta pesquisa, conceitua-se interdisciplinaridade como "[...] uma espécie de interação entre as disciplinas ou áreas do saber" (CARLOS, 2007, p. 2). Funciona como um eixo que norteia uma ação coordenada; "[...] pressupõe uma organização, uma articulação voluntária e coordenada das ações disciplinares orientadas por um interesse comum" (CARLOS, 2007, p. 2).

Segundo material elaborado pelo Ministério da Educação e Cultura (BRASIL, 1999) a proposta da interdisciplinaridade é a de integrar as



disciplinas “a partir da compreensão das múltiplas causas ou fatores que intervêm sobre a realidade e trabalha todas as linguagens necessárias para a constituição de conhecimentos” (BRASIL, 1999, p. 89). Enfim, a sexualidade contempla valores culturais importantes, que se manifestam no cotidiano de diferentes instituições. Os problemas que surgem nas famílias e nas escolas acabam por ter que serem resolvidos em outras instâncias da sociedade. No caso da sexualidade, envolve conselhos comunitários, como o da Infância e Juventude, Segurança, mas também desdobramentos do Poder Executivo e Judiciário. Por que não utilizar a experiência destes órgãos na capacitação e esclarecimento das orientadoras educacionais? É essa visão interdisciplinar de um problema que se sugere que seja levada aos profissionais responsáveis pelo cuidado dos alunos dos CMEI.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: educação física. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 2000.

BRUNO, Eliane Bambini Gorgueira; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; CHRISTOV, Luiza Helena da Silva. (Orgs.). **O coordenador pedagógico e a formação docente**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

CABRAL, Juçara Terezinha et al. **Proposta curricular**: educação sexual. (2000). Disponível em: <[www.sed.sc.gov.br/.../doc.../411-proposta-curricular-educacao-sexua...](http://www.sed.sc.gov.br/.../doc.../411-proposta-curricular-educacao-sexua...)>. Acesso em: 12 set. 2012.

CABRAL, Juçara T. **A sexualidade no mundo ocidental**. Campinas: Papyrus, 1995.

CARLOS, Jairo Gonçalves. **Interdisciplinaridade no ensino médio**: desafios e potencialidades. 2007. Disponível em: <<http://www.miniweb.com.br/educadores/artigos/pdf/interdisciplinaridade.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2012.



---

LOURO, Guacira Lopes. O currículo e as diferenças sexuais e de gênero. *In*: COSTA, Marisa Vorraber. (Org.). **O currículo nos limiões do contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p.27.

MOIZES, Julieta Seixas; BUENO, Sonia Maria Villela. Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental. **Revista Escola de Enfermagem**, 2010, v.44, n.1, p.205-212.

NÓVOA, Antonio (Coord.). **Os professores em formação**. 3. ed. Lisboa/Portugal: Pub. Dom Quixote, 1997. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/formacao-continuada-direito-dever-responsabilidade-mas-de-quem>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

SOUZA, Renata de. **Formação continuada: Direito, Dever, Responsabilidade. Mas de Quem?** Disponível em: <[www.webartigos.com/artigos/formacao-continuada-direito-dever-responsabilidade-mas-de-quem](http://www.webartigos.com/artigos/formacao-continuada-direito-dever-responsabilidade-mas-de-quem)>. Acesso em: 12 out. 2012.